



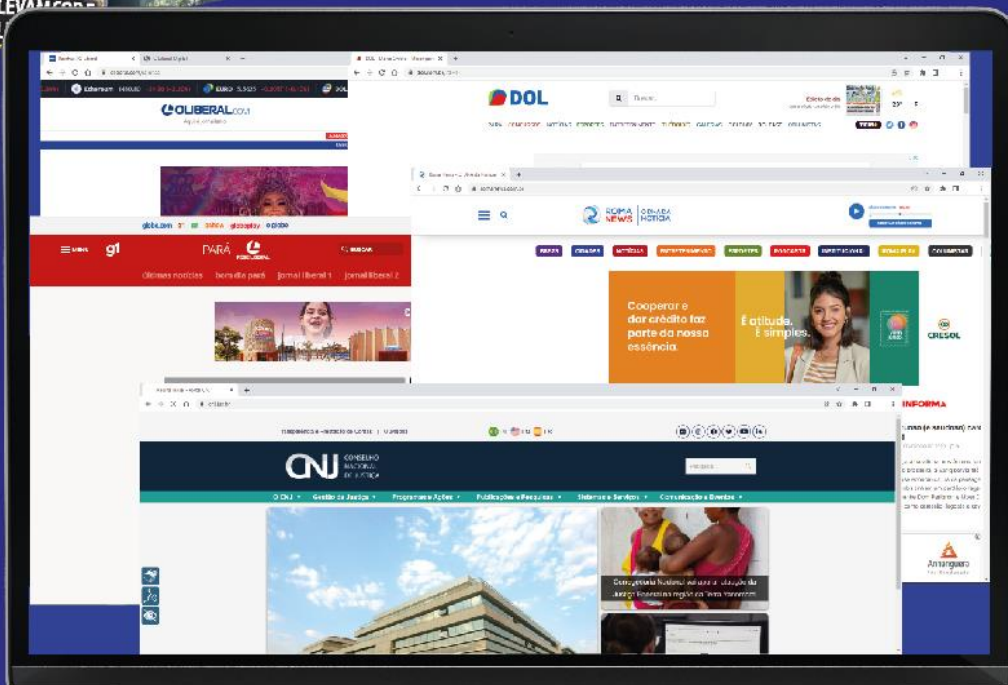
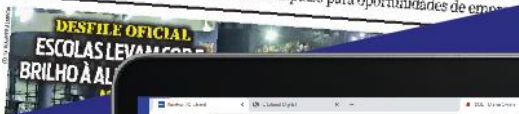
CLIPPING

Sábado e
Domingo
04 e 05
de Março
de 2023



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



IMBRÓGLIO

Justiça mantém eleição para direção da Unimed Belém

THIAGO COMES/ARQUIVO O LIBERAL

DECISÃO - Decisão acatou pedido de cooperados sob pena da aplicação de multa no valor de R\$ 500 mil

VALÉRIA NASCIMENTO
Da Redação

Em poucas horas, ontem, a eleição para a diretoria executiva da Unimed Belém foi suspensa e, após, mantida, por meio de recursos judiciais. À tarde, uma decisão liminar, que é sempre temporária por não ter a discussão do mérito, determinou a suspensão do edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), marcada pelo Conselho de Administração da Unimed Belém, onde haveria a eleição da nova diretoria da cooperativa de saúde. À noite no Plantão Judiciário, um agravo de instrumento derribou o pedido de liminar

e manteve o pleito para este sábado (4). O Grupo Liberal procurou a Unimed Belém, mas a entidade preferiu não se manifestar.

Na decisão liminar, que é sempre temporária por não ter a discussão do mérito, o juízo da 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém, determinou a suspensão do edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para este sábado (4), onde haveria a eleição da nova diretoria da cooperativa de saúde. O Grupo Liberal procurou a Unimed Belém, mas a entidade preferiu não se manifestar.

O pedido de liminar da 13ª Vara Cível foi feito por três médicos cooperados: Douglas Serra Vasconcelos,

Enquanto a situação não se resolve, a diretoria interina segue no comando da cooperativa

Raimundo de Jesus Pinheiro Abdon e Paulo Marcos Fontelles de Lima Araújo, que se sentiram prejudicados.

Na ação, os médicos citados pedem a anulação da convocação da Assembleia Geral Extraordinária, justamente, “para que não seja realizada a eleição para a diretoria executiva da Unimed Belém antes da conclusão dos processos administrativos em anda-

mento, para que qualquer nova medida de impacto gerencial tomada seja dada de forma definitiva e de acordo com as determinações e legislação”, diz um trecho do pedido de liminar.

Juiz titular da 13ª Vara, Cristiano Arantes da Silva acatou o pedido e suspendeu a convocação da AGE, neste sábado, sob pena da aplicação de multa no valor de R\$ 500 mil, em desfavor dos requeridos.

“Ressalto que a presente decisão não altera a deliberação sobre a diretoria provisória da AGE, de 22 de janeiro de 2023, de modo que os diretores interinos continuarão no exercício das funções provisórias até ulterior deliberação deste juízo”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONCURSO DO TCM

Ministério Público apura possíveis irregularidades

ELISA VAZ
DA REDAÇÃO

Os concursos públicos de número 001/2022 e 002/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), que visam à contratação de auditor de controle externo, técnico de controle externo e conselheiro-substituto, passam por um processo preliminar de apuração de irregularidades.

A Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), publicou a portaria nº 002/2023 no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quinta-feira (2) tornando-se pública a instauração do procedimento preparatório nº 01.2023.00000692-5 para apurar irregularidades na contratação da banca organizadora dos concursos públicos mencionados. Embora o documento tenha sido publicado agora, data de meados de fevereiro.

O advogado Fernando Oliveira explica que trata-se de uma espécie de procedimen-

to preliminar de apuração. “Na realidade, o que se pode dizer é que, no momento, o Ministério Público do Estado do Pará está averiguando a questão, para verificar se existem evidências ou provas de irregularidades. O Ministério Público tem a finalidade institucional de atuar como o fiscal da lei, ou seja, como um órgão fiscalizador da licitude dos atos celebrados por entes públicos e particulares. Neste sentido, pode-se dizer que a regularidade da contratação da banca organizadora está, sim, sendo fiscalizada ou investigada, mas ainda de maneira preliminar”, detalha.

Procurado pela reportagem, o MPPA respondeu que “instaurou procedimento para averiguar os fatos”, enquanto o TCM-PA informou que já injeou à 4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém “todas as informações e documentos necessários relativos aos concursos públicos n.º 001 e 002/2022/TCMPA” e que “aguarda posicionamento formal do Ministério Público do Estado

do Pará”.

Já a banca organizadora disse ao Grupo Liberal apenas que não foi notificada e que o andamento do concurso segue normalmente. No DOE desta sexta-feira (3), inclusive, foi divulgado o resultado das inscrições com os nomes dos candidatos. As provas objetivas estão previstas para acontecer nos dias 12 de março, para o cargo de auditor e técnico, e no dia 19, para conselheiro.

Ainda de acordo com o advogado Fernando Oliveira, a apuração pode indicar tanto a regularidade da contratação quanto a irregularidade, sendo ainda cedo para dizer. Caso verificadas irregularidades, segundo ele, é possível que, além da responsabilização de pessoas envolvidas, haja repercussões relacionadas à própria validade da contratação. “Certamente, a continuidade do concurso pode ser esperada caso se verifiquem inesperadas irregularidades, mas, no momento, é impossível dizer ao certo quais serão os efeitos concretos do procedimento de apuração”, destaca o advogado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, representou o Judiciário paraense no Encontro



Desembargadora Ezilda Pastana Mutran com o presidente do TRE, Leonam Gondim da Cruz Junior

Encontro reúne presidentes dos TJs

Aconteceu no período de 1 a 3 de março, o VI Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, sediado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O evento debateu a defesa dos princípios, as prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário, além de garantir a integração dos Tribunais de Justiça em todo o país, e de realizar o inter-

câmbio de experiências funcionais e administrativas. A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, representou o Judiciário paraense no Encontro. Houve palestra e debate com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, que abordou o tema "Regularização do 'Teletreabalho'".

Ezilda Pastana Mutran integra o TRE

A desembargadora Ezilda Pastana Mutran tomou posse na terça-feira como integrante substituta da Corte Eleitoral do TRE do Pará, em cerimônia realizada no Gabinete da Presidência, na sede do Tribunal. "A desembargadora Ezilda já é conhecida desta casa e vai contribuir muito com o TRE. Fico muito feliz por fazer parte deste capítulo da vida dela, que é uma pessoa muito talentosa

e desejo que a sua trajetória neste Tribunal seja de muita paz", festejou o presidente.

"Primeiro quero agradecer a Deus e à confiança dos desembargadores por me terem escolhido novamente para estar aqui. Encaro essa escolha como um chamado e conto com a colaboração de todos para que possamos aplicar a Justiça verdadeira e desenvolver um serviço que faça a diferença", declarou a Desembargadora.

MINUTA

De acordo com o site do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Justiça do Trabalho mineira descartou o vínculo de emprego pretendido por uma trabalhadora com as filhas de uma idosa para quem ela prestou serviços como cuidadora.

Para o juiz Luís Henrique Santiago Santos Rangel, titular da 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, as filhas não devem ser responsabilizadas, uma vez que não foram as destinatárias dos serviços.

Em relação aos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores da aprendizagem, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Atenção empregadores: é considerado crime praticado por particular contra a administração em geral, omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços. A pena é reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

O CadÚnico instituído pelo decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, é instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações, com a finalidade de realizar a identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional.

O trabalhador contratado como intermitente para a prestação de serviços, com subordinação, de forma não contínua, com alternância de períodos de prestação de serviços e inatividade, a partir de 11 de novembro de 2017, por força da Lei nº 13.467, de 13/07/2017, é considerado segurado obrigatório na categoria de empregado.

A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

Colaboração
Prof. Jaciel Papaléo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Bernardino Santos

bernardino.liberal@gmail.com

> **“Nunca é Cedo Para o Amanhã” é o novo livro de jurista e escritor Milton Nobre, que será lançado no próximo dia 23, com sessão de autógrafos no salão do TJPA a partir das 17 horas.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

CHACINA

A Justiça acatou tese dos promotores Juliana Freitas, titular da Promotoria de Baião, e Márcio Almeida Farias, antigo titular da PJ do município, e condenou o fazendeiro Fernando Rosa, conhecido como Fernandinho, um dos mandantes da chacina ocorrida em março de 2019. A Juíza Titular de Baião, Emília Parente, proferiu a pena de 67 anos, 04 meses e 24 dias de reclusão. A matança vitimou seis trabalhadores rurais, entre os quais Dilma Ferreira Silva, ativista ambiental do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O réu está preso desde 2019.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIMINOSO DE ALTA PERICULOSIDADE É DETIDO CAÇADO PELA INTERPOL

As Polícias Civil do Pará e Minas Gerais prenderam Paulo Henrique de Souza, em Breu Branco, nordeste do Pará



O bandido tentava se esconder das autoridades, mas acabou capturado pelos policiais
FOTOS: DIVULGAÇÃO

INVESTIGAÇÃO

JR Avelar

Definitivamente, o Pará não é o melhor lugar para esconder da Justiça. Mesmo com suas dimensões territoriais, ainda é possível, com inteligência, chegar a criminosos que estão foragidos.

A Polícia Civil, através da delegacia da cidade Breu Branco, na região sudeste parense, deu cumprimento, no iní-

cio da tarde da última quinta-feira (2), a quatro mandados de prisão expedidos contra Paulo Henrique de Souza.

Paulo Henrique de Souza, pela sua periculosidade, estava inscrito na lista de difusão vermelha da Interpol e era procurado em todo Brasil pela Polícia Federal.

A Polícia Civil de Minas Gerais também caçava o acusado de ser o mandante de pelo menos quatro homicídios, cujas preventivas saíram para serem cumpridas. Os demais membros da organização criminosa liderada

por ele presos pela corporação durante a Operação Arena, realizada na cidade de Itabirinha, no Estado de Minas Gerais.

FICHA CRIMINAL

Os mandados de prisão foram expedidos contra Paulo Henrique de Souza tanto na justiça estadual, quanto federal, sendo ele acusado de ser o líder da organização criminosa responsável por vários crimes, dentre eles o homicídio de um jornalista e fraudes milionárias a licitações em municípios de Minas Gerais.

As investigações policiais realizadas em parceria entre a Polícia Civil do Estado do Pará e de Minas Gerais, pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal e pela Força Tarefa de Segurança Pública chegaram a propriedade onde se escondia o alvo, que através de documentos falsos, já possuía uma empresa, maquinário e participava de licitações na região.

No momento da prisão de Paulo Henrique de Souza pela Polícia Civil do Estado do Pará, na zona rural da cidade de

Breu Branco, foram encontrados vários documentos falsos, uma arma de fogo e munições, razão pela qual ele foi autuado em flagrante pelos crimes de uso de documento falso e posse ilegal de arma de fogo e munições.

Diante da periculosidade do alvo, o suspeito foi encaminhado, por medida de segurança, para um presídio e informado à Polícia Federal para fazer a transferência de Paulo Henrique de Souza para Minas Gerais, onde ele deve responder pelos vários crimes praticados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lflmcosta@gmail.com



**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
MANTÉM ELEGIBILIDADE DE PAULO TITAN**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve a decisão do TRE do Pará que garante a não incidência da pena de inelegibilidade contra o prefeito Paulo Titan (MDB). Dessa forma, caso queira, o prefeito emedebista de Castanhal pode concorrer ao 6º mandato de prefeito da Cidade Modelo. O feito foi patrocinado pelo advogado eleitoral João Brasil de Castro, que acompanhou a sessão de julgamento virtual do caso na última terça-feira na sede do escritório de advocacia, juntamente com Paulo Titan e seus advogados. Na foto João Brasil, Paulo Titan e os advogados Diego Arantes e Ademir Alencar.



**Ângela Sales é a nova imortal
da Academia de Letras Jurídicas**

A Academia Paraense de Letras Jurídicas (APLJ) elegeu no dia 28 a advogada e ex-presidente da OAB-PA Ângela Serra Sales como nova imortal. Ela ocupará a Cadeira nº 13, cujo patrono é Cursino Loureiro da Silva e cujo último ocupante foi Egídio Sales Filho, irmão de Ângela. Há uma outra cadeira a ser ocupada, resultante do falecimento da jurista Isabel Benone. O edital será divulgado ainda este mês. Na foto Thadeu de Jesus e Silva, Ângela Sales, Eliziário Bentes, Antônio José Mattos Neto e Clóvis Malcher Filho.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
CEVID PROMOVE "SEMANA PAZ EM CASA"**

A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), coordenada pela desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, promoverá na semana de 06 a 13/03 a 23ª Semana Paz em Casa, visando conscientizar a sociedade quanto a necessidade de evitar e combater a violência contra a mulher. Na foto Riane Freitas e Renata Giordano, servidoras do TJPA, com a desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães e a juíza Rubilene Silva do Rosário, responsáveis pelo evento.



**Extensão: professor
do curso de Direito da
UFPA lança podcast**

O professor Bruno Vieira, da Faculdade de Direito da UFPA, lançou o podcast "Deontologia Profissional", como uma iniciativa de extensão acadêmica para seus alunos para a sociedade de forma geral, abordando a íntegra do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB. O podcast é construído de maneira conjunta onde grupos ficam responsáveis pela gravação de episódios. Com linguagem acessível, o objetivo é apresentar um produto que rompa com as barreiras da academia e possa, além do público vinculado ao plano jurídico (advogados, graduandos e os que prestam concursos públicos), atingir a população interessada em geral.



Promotora de Justiça de Marabá lança livro

Lorena Moura Barbosa de Miranda, 2ª Promotora de Justiça Criminal de Marabá, lançou na última segunda-feira no auditório da Universidade Anhangüera a obra "Dignidade Humana como Posição Jurídica". O evento contou com a presença do Procurador Geral de Justiça César Mattar Jr., do presidente da Ampep, Alexandre Tourinho, e do Diretor Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do MP, José Edvaldo Sales, além de juizes, promotores, defensores públicos, advogados, e acadêmicos de Direito. O lançamento do livro em Belém ocorre no próximo dia 10/03.



Concorrência

A prefeitura prepara uma nova concorrência pública que vai impactar diretamente a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na cidade, com valor global do contrato estimado em cerca de R\$ 1 bilhão, com duração de 30 anos. No próximo dia 10 de abril, a Secretaria de Saneamento irá receber as propostas para a licitação da coleta, transporte, triagem, tratamento, destinação final dos resíduos sólidos urbanos, de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, de serviços de saúde e da construção civil.

Arrecadação

Uma parte desse valor deve ser arrecadado através de uma taxa que será cobrada em alguma tarifa pública, onerando ainda mais o contribuinte, que já paga caro para ter um serviço de limpeza que deveria ser garantido pelo poder público. Especialistas indagam: será que a solução é pagar fortunas e passar essa responsabilidade para uma única empresa privada? Como garantir que a empresa escolhida irá prestar um serviço de qualidade e com preços acessíveis para a população?

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**VERA CASTRO**
vera.castro@diariodopara.com.br

Em uma boa iniciativa, o Ministério Público do Estado do Pará instaurou procedimento administrativo com o objetivo de efetuar a colheita de informações para subsidiar a expedição de recomendação acerca da abordagem policial ao público LGBTQIA+.

MOTIVOS DIFERENTES, MAS O MESMO DESTINO PRESOS EM MOSQUEIRO

Um foragido do poder judiciário e um ladrão foram parar na cadeia, após ação policial no distrito de Belém

SEGURANÇA PÚBLICA

JR Avelar

Dois homens foram presos após ações distintas de policiais militares do 25º Batalhão, o Guardião da Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém. O primeiro caso coube a viatura 2513, ao comando do sargento M. Rodrigues, com o soldado Caio, em ronda ostensiva e preventiva, nas intermediações dos bairros do São Francisco e Carananduba, próximo a Ponte do Cajueiro, que recebeu uma denúncia anônima via telefone.

A denúncia detalhava que um homem de estatura mediana, trajando camiseta rajada e bermuda preta, estaria ameaçando moradores da vila Sapo, no bairro do Carananduba, propalando ser homicida e nada perderia se voltasse a ser preso.

A guarnição fez diligência até o endereço indicado e localizou o suspeito, que se identificou como Raimundo Nazareno Mesquita. Logo foi mantido contato com o núcleo de informação do 25º BPM, e constatada a existência contra ele de um mandado de prisão preventiva, expedido pela Vara Distrital de Icoaraci.

Tudo corroborou para que Raimundo Nazareno Mesquita fosse preso e apresentado na Seccional Urbana do Mosqueiro para ser novamente encaminhado ao Sistema Penal e o fato comunicado ao poder judiciário paraense.



FURTO

Uma equipe na viatura 2502 em ronda na rua Pires Teixeira, nas proximidades do supermercado Paraense, foi abordada por um cidadão, informando que avistou o suspeito que havia furtado o seu celular no domingo passado (26).

De imediato, a guarnição efetuou diligência no intuito de localizar o suspeito, e após várias incursões, ele foi localizado e

identificado como Jair de Souza Saldanha, que acabou reconhecido pela vítima e ainda se encontrava com o produto do furto, o telefone celular.

Jair de Souza Saldanha, juntamente com a vítima, foi encaminhado para a Seccional Urbana do distrito de Mosqueiro, onde acabou apresentado no plantão para as providências necessárias, além da apresentação do celular.



O celular da vítima que havia sido furtado foi recuperado e depois devolvido
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+

**DOMINGO**

Diário do Pará

MILITARES ESTOURAM BOCA DE FUMO E PRENDEM SUSPEITO.
PÁGINA 2

POLÍCIA

TRAFICANTE É CAPTURADO ESCONDIA DROGAS NO TELHADO

INVESTIGAÇÃO

JR Avelar

Vale tudo para esconder drogas quando a Polícia Militar faz a batida em pontos considerados como "boca de fumo". Em Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, uma equipe sob o comando do tenente Matos, do 76º Pelotão Policial Destacado, prendeu Claudenilson da Silva Cardoso, depois que a PM localizou a droga no telhado da sua casa.

As informações são do Boletim de Ocorrência, quando da apresentação do preso na UIPP de Ponta de Pedras por uma equipe da Polícia Militar, com os cabos Ramos, Oliveira e Felipe e soldados F. Fagundes, Trindade e Viégas.

Depois de diversas denúncias da comunidade sobre um intenso comércio de entorpecentes na ponte do Arapinan que fica a cerca de 200 metros da UIPP de Ponta de Pedras, essa guarnição montou uma operação fazendo um cerco em área de mata.

O alvo era uma residência pertencente a um homem identificado posteriormente como Claudenilson da Silva Cardoso, que ao avistar a guarnição tentou fugir do local, mas sem êxito. Após a



Claudenilson da Silva havia conseguido fugir no início do ano, mas dessa vez não teve como escapar da Polícia Militar
FOTO: DIVULGAÇÃO

devida autorização para entrar na residência, feita por sua companheira, ele foi preso em flagrante.

Foi feita a revista na referida residência e no telhado da casa foram encontradas uma grande quantidade de entorpecentes e

uma grande quantia em dinheiro trocado oriundo, segundo a Polícia Militar, do tráfico de drogas.

Foram apreendidos 53 papéletes de óxi, uma porção maior da mesma substância e a quantia de R\$ 560,00 em nota miúdas.

O tenente Matos informou que em janeiro, Claudenilson da Silva fugiu da mesma guarnição e deixou para trás uma grande quantidade de drogas e uma espingarda calibre 22 carregada, sendo considerado de alta periculosidade.

O criminoso e sua companheira foram conduzidos juntos com o material entorpecentes e os valores para delegacia de Polícia Civil de Ponta de Pedras para responder pelo crime de tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br